

SISTEMA JURÍDICO DA REPÚBLICA DO HAITI

O judiciário consiste de quatro níveis: o Tribunal de Cassação, os tribunais de apelação, os tribunais civis e os tribunais magistrados. Os juízes do Tribunal de Cassação são nomeados pelo presidente para o período de 10 anos. Os promotores públicos, nomeados pelos tribunais, atuam em casos civis e criminais. Também existem os tribunais de terras, trabalhistas e de família. Os tribunais militares atuam tanto em casos civis quanto em militares quando a Constituição está suspensa. O sistema jurídico é baseado no Código Napoleônico francês.

Até 1995, as forças armadas do Haiti controlavam a aplicação da lei e a segurança pública, embora a Constituição pregasse a separação entre as forças policiais e militares. A Constituição de 1987 entrou em vigor em 1995. Embora ela também estabeleça um Judiciário independente, todos os juízes, a partir de 1986, têm sido nomeados e removidos segundo a vontade do governo, e pressões políticas afetam o judiciário em todos os níveis. Os juízes de paz expedem mandados e arbitram infrações menores. O Supremo Tribunal lida com questões processuais e de constitucionalidade. O Haiti aceita a jurisdição compulsória do Tribunal Internacional de Justiça. Em 9 de junho de 2003, foi ratificado um tratado para o estabelecimento do Tribunal de Justiça do Caribe (CCJ), cuja primeira sessão foi agendada para novembro de 2003. Embora não figure entre as oito nações que aprovaram oficialmente o CCJ, o Haiti concordou em utilizar o CCJ para a resolução de disputas trabalhistas.